

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PORQUE O SILÊNCIO FALA MAIS ALTO?

Autor (1) Eliene Maria Sales Santos; Co- autor (1) Edilânia de Paiva Silva; Co -autor (2) Fabiana Lopes Cavalcante; Co -autor (3)Renata Freitas Lopes

Universidade do Estado da Bahia – UNEB. EMAIL: liusalys10@gmail.com

Resumo

Encorajar as mulheres a exteriorizar seus sofrimentos causados pela violência de gênero é propiciar – lhes espaços de apoio e escuta respeitosa, a fim de que se sintam empoderadas e seguras para romper com o silêncio. Para isto, é importante que os atos de violência doméstica sejam punidos e haja uma desconstrução da sociedade patriarcal /machista, através de processos educativos e reflexivos que mobilizem todos/as a lutarem pela equidade de gênero. O estudo de cunho qualitativo utilizou a entrevista narrativa para construção das informações, e apresenta alguns números da violência contra as mulheres no Brasil, nos quais, segundo dados do Datafolha, publicado na revista exame, edição de 2017, 52% das mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de violência não denunciam seus agressores. O estudo foi ancorado nas contribuições de Penha (2013), Brasil (2003, 2005,2012), Medrado e Lyra (2003), Saffioti (1987), Vilela (2013), Lima (2009), costa (2015) entre outros estudiosos de igual relevância. Os primeiros resultados indicam que o medo do agressor e a impunidade deste, assim como a dependência emocional/afetiva/ financeira, são alguns dos fatores que levam às mulheres a não romperem a barreira do silêncio diante da violência doméstica que vivenciam.

Palavras-chave: Violência de gênero, Cultura machista, Silenciamento.

INTRODUÇÃO

“Todas as mágoas são suportáveis quando fazemos delas uma história ou contamos uma história a seu respeito.”

Hanna Arent (2007).

A violência de gênero “acontece no mundo inteiro e atingem as mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual” (BRASIL, 2003, p. 09). Sabemos que a violência de gênero está relacionada à cultura do machismo, que não apenas mata fisicamente, mas tira a autoestima e destrói os sonhos de brasileiras todos os dias, sendo um dos motivos agravantes de muitas doenças psicossomáticas como a depressão, por exemplo. O machismo em nossa sociedade é visto como algo natural, e muitas vezes, as atitudes ditas machistas são sutis, manifestando-se em ações como: preços mais baixos de ingressos de festas para as mulheres, a fim de atrair o público masculino; pouca influência das mulheres na política; considerar

que cuidar dos filhos e da casa é responsabilidade apenas das mulheres; explicar o estupro culpando a vítima pelas roupas que usa ou locais por onde anda; controlar a mulher através de atitudes proibitivas (não deixa-la ter amigos nem estudar, sob a desculpa de atrapalhar o casamento e a criação dos filhos); definir papéis rígidos de comportamentos para homens e mulheres desde criança, ao determinar, por exemplo, as cores e os brinquedos “apropriados” para meninos e meninas; afirmar que determinadas profissões não é para mulher, entre outras atitudes e brincadeiras aparentemente inocentes que discriminam e subjagam o gênero feminino. Vale salientar que a cultura machista está impregnada em homens e mulheres e que reproduzem na educação de seus filhos, os parâmetros machistas da sociedade, perpetuando o patriarcado. Por isso é importante, que no trabalho de desconstrução das relações desiguais de gêneros, sejam incluídos nos processos educativos tanto o gênero masculino quanto o feminino.

Maria da Penha, mulher vítima de violência doméstica, que lutou pela promulgação da lei que leva o seu nome, em entrevista publicada no site panorama mercantil - opiniões que fazem diferença (2013), afirma:

A violência contra a mulher atinge todas as classes sócias e níveis culturais de formação. Vivemos em uma sociedade culturalmente machista e patriarcal onde os homens foram educados como seres superiores e em assim sendo, as leis criadas por eles e para eles fortaleceram o entendimento de que a mulher é um ser inferior e como tal deve-lhe obediência e submissão (PENHA, 2013, p.01).

Assim, o artigo discute os motivos pelos quais diante da violência de gênero, a maioria das vítimas não denuncia o agressor, enfocando que, entre os diversos motivos estão o medo de agravar a situação que vive, com consequências que possam lhe colocar em risco eminente de morte; a falta de efetividade das legislações vigentes e impunidade do agressor; dependência emocional e ou/psicológica do agressor entre outros diversos fatores. O estudo exhibe dados da violência no Brasil relacionando-os à cultura machista de nossa sociedade, apresentando narrativas de situações de violência sofrida por uma vítima que discorre sobre seus sofrimentos, permitindo a identificação do processo cíclico da violência.

Para compreender melhor os processos da violência de gênero, precisamos inicialmente entender, que ela se constrói através de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, nas quais se prevalece a hierarquia masculina. Nesse sentido, faz-se necessário discutirmos sobre a cultura machista e o patriarcado, que servem de sustentação para o desenvolvimento e a manutenção dessa violência. O patriarcado pode ser entendido como a supremacia do homem sobre a mulher, definindo papéis diferenciados de comportamentos e ações de forma discriminatória e desigual, que é passado de geração a geração, se constituindo, no que podemos denominar de

cultura machista, e que implica em manifestações de violência física e psicológica contra o gênero feminino.

Nesse sentido, Medrado e Lyra (2003), afirma que a cultura machista atinge homens e mulheres:

Os homens são, em geral, socializados para reprimir suas emoções, sendo a raiva, e inclusive a violência física, formas socialmente aceitas, como expressões masculinas de sentimentos. Essas manifestações “aceitas”, e muitas vezes estimuladas, pela sociedade podem representar portas abertas para atos violentos graves que atentam inclusive contra a vida de muitas mulheres e dos próprios homens, basta observarmos os altos índices de homicídio, suicídio e mortes por acidentes de trânsito que compõem as causas de mortalidade das populações masculinas (MEDRADO e LYRA, 2003, p. 22).

De acordo com esses autores, “o sistema de poder que autoriza os homens a atuarem de modo agressivo e “fazer valer os seus direitos em nome da honra” é o mesmo sistema de poder que os coloca em situação de vulnerabilidade” (MEDRADO e LYRA, 2003, p 24). Dessa forma, a violência de gênero precisa ser analisada não apenas do ponto de vista das mulheres, mas é preciso repensar coletivamente sobre a situação, de forma que homens e mulheres possam refletir sobre o assunto, no intuito de desconstruir essa triste realidade, onde impera o poder masculino sobre as mulheres. De acordo o Movimento de Mulheres de São Paulo (2011), “há séculos e até milênios a mulher é subjugada na sociedade. A violência física, sexual, psicológica contra a mulher – ou o “direito” de agredir mulheres – está ligada a uma relação de poder na sociedade”. Assim, é de suma importância que sejam pensados e criados espaços de discussões sobre as influências da sociedade patriarcal e machista na violência de gênero, de forma que possamos estabelecer diálogos positivos em prol da equidade nas relações entre homens e mulheres, baseados no respeito mútuo e na construção de ações que colaborem para a resolução do problema da violência de gênero no Brasil e no mundo.

1 Aspectos atuais da violência contra a mulher

A violência contra a mulher já é reconhecida como um problema histórico e social, tida atualmente, como um problema de saúde pública. É preciso se discutir sobre o assunto, a fim de romper com a cultura do machismo e empoderar as mulheres a lutarem pela efetivação das leis, possibilitando-lhes espaços de discussão e apoio, a fim de que, sentindo-se seguras, possam exteriorizar seus sofrimentos e reconstruir sua história.

Para compreendermos como se inicia a violência doméstica, o Manual enfrentando a violência contra a mulher- orientações práticas (2005, p. 23), descreve o ciclo da violência citando 03 fases: a acumulação de construção de tensão no relacionamento; explosão violenta-descontrole e destruição e “lua-de-mel”(arrependimento do agressor), que são melhor explicitados abaixo;

- **Fase de “construção de tensão no relacionamento”** – iniciam-se as inseguranças demonstradas através de ciúmes, controles dos passos da mulher, provocação de situações de desgastes e brigas com xingamentos e humilhações;
- **Fase de explosão da violência – descontrole e destruição** – fase marcada pelos primeiros atos de violência que vão se intensificando cada vez mais no decorrer do tempo.
- **Fase da “lua-de-mel” (arrependimento do agressor)** – Nessa fase, o agressor demonstra-se arrependido, faz promessas de mudanças e na maioria das vezes consegue convencer a companheira deixando-a confusa.

Quando a mulher pensa em romper com o ciclo da violência, “muitos homens colocam à companheira que se os deixarem irão cometer suicídio ou agressões contra seus filhos” (VILELA, 2013, p. 10). Neste período, o homem se torna cada vez mais violento e ameaçador, intimidando a mulher de todas as formas possíveis. Diante da violência, as mulheres tendem a se calar por diversos fatores, sendo possível se constatar a situação de silenciamento em vários estudos e pesquisas, a exemplo citamos uma pesquisa realizada pelo Datafolha e divulgada em 08 de março de 2017, pela revista exame, encomendada pelo fórum brasileiro de segurança que revela que 503 brasileiras sofrem violência física no Brasil a cada hora. A pesquisa mostrou que, entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram. Apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família. Os dados apontam uma triste realidade que precisa ser modificada urgentemente.

1.1 As legislações vigentes e sua efetividade

O direito a proteção da violência doméstica é reconhecida pela Constituição Federal do Brasil, em seu parágrafo 8º, art. 226, que diz: “O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações”. Nesse sentido, o país contempla o direito das mulheres em viver com dignidade e livre da violência, no entanto, as legislações pertinentes, ainda não foram capazes de reduzir os índices do feminicídio e punir os agressores, na maioria das vezes.

De acordo Cortizo e Goyeneche (2010),

Durante muitos anos a mulher encarou a violência sofrida por ela como um fenômeno natural, principalmente quando acontecia na relação conjugal ou no ambiente doméstico, que, até pouco tempo, era vista como um problema da esfera privada, onde o Estado não poderia intervir, pois predominava a ideia de que: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Através dos movimentos feministas, na década de 1970, a violência contra a mulher ganhou visibilidade e passou a ser tratada como um problema social, desmistificando o dito popular, pois, em briga de marido e mulher, o Estado mete a colher, sim (CORTIZO e GOYENECHÉ, 2010, p. 103).

Diante da realidade brasileira de violência contra a mulher, foi regulamentada a Lei 11.340/2006 conhecida por Lei Maria da Penha que tem como objetivo coibir os atos de violência em âmbito doméstico, e no ano de 2015 a Lei nº 13.104/2015, que define o feminicídio (assassinato de mulheres) como qualificadora, onde implicará em um aumento de pena ao agressor. No entanto, ao ser realizada uma avaliação da efetividade da Lei Maria da Penha, o Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), realizou um estudo em 2013 sobre a mortalidade de mulheres por agressões, por meio de estudo de séries temporais e constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei.

Os dados apontam que, mesmo com as legislações vigentes, não houve mudanças significativas em relação à violência de gênero. Diversos fatores podem ter contribuído e/ou continuam contribuindo para a permanência da situação, entre eles: a impunidade do agressor que ocorre pela falta da aplicabilidade efetiva da lei e os valores de uma cultura machista que como afirma Saffioti, “O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos (SAFFIOTI, 1987, p. 16)”, isso pode ser um dos pontos mais fortes para que os índices de violência não tenham ainda sido reduzidos.

2 CAMINHOS TRILHADOS PARA CONSTRUÇÃO DO ARTIGO

Para a construção do artigo, foi realizada uma entrevista narrativa na qual a participante descreve os processos de violência aos quais foi submetida. O procedimento da entrevista narrativa foi explicado à colaboradora, solicitando sua autorização para gravar suas falas de memórias, de forma que pudessem ser transcritas. Para garantir a confidencialidade e o anonimato, a participante será chamada de Flor durante suas narrativas. A participante tem 43 anos, convivente em união estável, mãe de dois filhos, vítima de violência doméstica.

2.1 Narrativas de violência doméstica

As narrativas de vida apresentadas pela participante possibilitam uma reflexão acerca dos atos de violência e as fases cíclicas desta, permitindo uma reflexão que possa servir de encorajamento a outras mulheres, e ao mesmo tempo, descobrir caminhos para reconstruir sua história de vida. Na narrativa abaixo, Flor diz que os primeiros sinais de desrespeito e violência começaram alguns meses após o namoro:

Passado alguns meses de namoro, como era virgem ainda, ele (companheiro) começou me pressionar apresentando seus primeiros sinais agressivos verbalmente, me xingava de “encubada” fingida, que “dava pra todo mundo” que os amigos dele tinha dito pra ele e era extremamente grosseiro a ponto de que eu chorava muito e ficava tentando a todo momento convence-lo de que ele estava errado e que era mentira das pessoas. Minha vida era só estudar, pra se ter ideia ele era meu primeiro namorado aos 21 anos e ele tinha 31 anos. [...] ele (companheiro) me humilhava de todas as formas sempre me desqualificando como pessoa na vista de quem estivesse. Todo mundo me dizia que ele não prestava [...], mas eu achava que com o tempo, ele mudaria.

Percebe-se claramente, uma fase de tensão inicial, sendo desenvolvido através de um processo de violência psicológica caracterizada pela humilhação e manipulação da vítima, causando-lhe sofrimento emocional e diminuindo sua autoestima através de atitudes de desrespeito aos seus direitos sexuais e ao domínio do seu próprio corpo. Embora a mulher vivencie situações de violência, muitas acreditam na mudança do agressor e desejam, como um projeto de vida, que sua relação afetiva se torne estável, o que é afirmado por Lima (2009),

A esperança que sente se prende à vontade que tem de que seu projeto de vida, que integrou a relação conjugal, seja bem sucedido, pois investiu muito nesta relação e porque nela ainda reconhece aspectos positivos. Um desses aspectos é o amor que continua a sentir por aquele com quem se casou ou com quem viva maritalmente e, também, o amor que o agressor também manifesta sentir nos períodos em que se arrepende da violência que exercera (LIMA, 2009, p. 32).

Segundo Lima (2009), as dificuldades das mulheres para romper com a violência se deve ao fato, de que não se trata de qualquer pessoa que lhe agride, mas é o seu companheiro, ao qual está ligada por um sentimento de amor, e a relação se manifesta, muitas vezes, pela contradição, há momentos de cumplicidade e afeto na relação conjugal, e outros momentos de agressões, “daí seu caráter cíclico, manifestado por períodos intercalados de agressões e carícias, momentos que contribuem para que, durante anos, a mulher permaneça submetida a uma relação violenta” (LIMA, 2009, p.33).

Os relatos de Flor demonstram que a violência que sofria decorria muitas vezes pelo simples fato de está alegre:

A violência que ele (companheiro) fazia comigo era de graça, do nada, bastava eu está alegre, feliz pra ele criar uma situação e me fazer sofrer, ele só parava quando me via desesperada chorando. Um dia fomos a uma festa e ele do nada me abraçou e começou me dar fortes beliscões e dizia permanece como se nada tivesse acontecendo, ai a festa acabou pra mim, vir embora mas ele me levou pra casa dele e me prendeu dentro do quarto com todas as luzes apagadas e eu me desesperei porque eu achei que ele iria me matar naquele dia, ele ficou mais de duas horas me xingando e me humilhando, me tratando como se eu não fosse ninguém, depois ele abriu a porta e mandou eu ir embora e ao sair me deu um empurrão que quase cai no meio da rua. Meus olhos estavam inchados de tanto chorar, fui pra casa sozinha, fiquei do lado de fora ate me recompor e entrei e fui dormir, mas não contei nada pra meus pais. No outro dia ele aparecia como se nada tivesse acontecido e pior tentava me convencer de que não tinha feito nada daquilo, que eu estava ficando doida.

A violência psicológica destrói a autoestima e o desenvolvimento pessoal da mulher, o que implica no comprometimento de sua saúde física e mental. Ela ocorre através de práticas abusivas de manipulação, ameaças, humilhações, intimidação, xingamentos, induzir a mulher à crença de que está ficando louca, causar seu isolamento por meio da proibição de contato com amigos e familiares, culpabilizar a vítima pelas agressões sofridas, entre outras formas. A violência psicológica se manifesta por palavras, gestos e comportamentos desrespeitosos, tornando cada vez mais a vítima submissa ao agressor. Um aspecto que se observa em muitos dos comportamentos desses homens é que, muitas vezes são pessoas amáveis, respeitadoras com outras pessoas, no entanto, são extremamente agressivos com suas companheiras, o que é descrito na narrativa de Flor:

[...] ele (companheiro) era muito amigo da minha família, sempre muito atencioso e respeitoso e apesar desses momentos dele, ele era carinhoso comigo e eu acreditava que ele me amava, por isso fazia aquilo por ciúme, coisa da minha cabeça. Depois que eu casei em outubro de 1998, grávida ficamos dois meses as mil maravilhas, mas após esse período, ele (companheiro) saía a tarde nos finais de semana e só voltava as 4 da manhã do outro dia, e na maioria das vezes, bêbado[...] , quando ele chegava em casa , ele quebrava as coisa de casa, jogava a comida pronta fora e uma vez jogou toda a feira no lixo que era pra eu não ter o que comer. [...] quando tive meu filho, os desgaste foi tão grande que quase tive depressão pós-parto.

Em sua história de vida, Flor demonstra as consequências da violência psicológica a qual foi submetida e o seu agravamento para a violência física e patrimonial. Segundo Souza e Cassab (2010, p. 05), “a violência psicológica pode ser considerada como a mais perversa, entre os outros tipos de violência, ocorrida no âmbito doméstico, em decorrência das marcas irremediáveis que deixa, perdurando por muito tempo ou, às vezes, por toda a vida, desta mulher que a sofre”. Na narrativa seguinte, Flor descreve momentos de angústias e sofrimento ao tomar a decisão de se separar, de romper com o ciclo da violência a que estava submetida:

Após a separação em 1999, vivi momentos de tensão e muito medo, não tinha paz, porque ele (companheiro) ia para o meu trabalho, me ridicularizava , me difamava, me ameaçava e devido a isso, passei a ficar mais tempo dentro de casa , ir só para o trabalho; e o menino não saía porque eu tinha medo dele tomar de mim. [...] lembro que uma vez apertou meu pescoço tão forte tentando me esganar que fiquei uma semana com a garganta inflamada; outra vez me deu tapa tão forte que feriu a parte de trás da minha orelha. Ele me disse uma vez, que ainda iria me matar e depois se mataria, então precisei ir embora pra outra cidade pra ver se eu tinha paz, porque ele me seguia em todos os lugares e se impunha com sua presença de forma ameaçadora.

O que percebemos nos relatos, é que o companheiro de Flor, movido por um sentimento de posse e revolta, nutre um ressentimento contra a companheira pelo fato desta, romper com a situação de opressão em que vivia, e diante da situação de resistência da mulher, em não aceitar mais reatar o relacionamento, recorre à ameaças e a violência física para intimidar, controlar e amedronta-la, a fim de que desistisse da separação. Importante salientar, que é nesse período, o

maior risco de morte para as mulheres, que se tornam vulnerável diante da situação. Na narrativa seguinte, flor descreve seus sentimentos de vergonha e humilhação que alimentava (sofria calada) e as humilhações pela qual passou atingiu o filho, que também teve seus direitos violados, no momento em que o pai (o agressor), utilizando de ameaças, não paga a pensão alimentícia, como é exposto nas falas abaixo:

Não me ajudava em nada na criação do filho e dizia que se eu desse queixa seria pior, então ficava com medo e só dez anos depois dei uma queixa para pensão alimentícia, mas novamente ele me disse que iria me dar um murro na frente do juiz que iria esbagaçar o meu rosto todo. Diante da situação não prossegui com a queixa e ele nunca deu nada ao filho ate hoje. Também nunca dei uma queixa dele porque eu tinha medo de ser pior, dele ficar com mais raiva e ai que iria infernizar minha vida. Tinha muita vergonha de alguém saber do que eu passava e me sentia muito humilhada moralmente, que não falava com ninguém sobre isso. Sofria calada. Felizmente o pior não aconteceu, refiz minha vida em outra cidade e hoje tento superar as lembranças ruins.

Para Acosta, Gomes e Fonseca *et all* (2015, p.123) , “a naturalização do poder masculino sobre o corpo e as escolhas da mulher, fruto dos estereótipos culturais, tem servido para legitimar a prática da violência doméstica”. O que podemos observar, é que para o homem, a mulher não pode decidir a separação, porque ele é quem deve optar ou não por isso, sendo uma questão de honra manter a mulher “debaixo dos seus pés”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores colaboram para o silenciamento das mulheres diante do processo de violência: medo do agressor tornar a violentá-la e a seus filhos; insegurança diante da impunidade; dependência emocional e ou/ financeira do agressor; ausência de apoio familiar; vergonha em expor sua situação e ser julgada pelo outro; desinformação sobre as características do ciclo de violência contra a mulher - dessa forma, não consegue identificar a violência inicial, que geralmente é psicológica, naturalizando o comportamento abusivo do parceiro; desconhecimento e dificuldades de acesso aos serviços disponíveis de amparo e proteção legalmente instituídos pelo Estado; falta de efetividade das legislações e políticas sociais direcionadas à mulher e o vínculo afetivo que a une ao agressor, que é o pai de seus filhos. Assim, o silenciamento das vítimas, diante da violência que sofrem é multicausal e multifatorial.

No enfrentamento da violência de gênero, é necessário somar esforços de diversos setores e segmentos da sociedade. Deve-se buscar o envolvimento dos poderes públicos, movimentos sociais e de mulheres, direitos humanos e poder judiciário, educação e saúde entre outros, no intuito de constituir uma rede de amparo e apoio às mulheres vítimas de violência. É necessário fortalecer as mulheres encorajando-as a reconstruir suas vidas, a resgatar sua autoestima por meio da promoção

de espaços respeitosos de escuta, valorização pessoal, segurança e meios de sobrevivência gestados pelo poder público. Este é um grande desafio que precisa ser alcançado através de práticas educativas desmistificadoras em todos os âmbitos, de forma que possam desconstruir a cultura machista, que legitima a violência e oprime as mulheres e todos àqueles que fogem aos seus padrões de masculinidades, baseando-se na hierarquia do homem sobre o gênero feminino. É necessário também, que o poder público promova políticas de proteção às mulheres e aplique efetivamente a lei.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Cartilha de combate à violência contra a mulher*. 2012. Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/12/CartilhaBR_RespeitaraMulher2011.pdf>. Acesso em:03/06/17.

BRASIL. *Constituição Federal*. 1988.

BRASIL. *Enfrentando a Violência contra a Mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*, 2005. 64p. Disponível em:<

<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/enfrentando-violencia.pdf>>. Acesso em: 03/06/17.

BRASIL. Movimento de mulheres. São Paulo, 2011. *As raízes da violência contra a mulher*.

Disponível em <<http://averdade.org.br/2011/12/as-raizes-da-violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em:20/05/17.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: *diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. BRASÍLIA, 2003. Disponível em:<

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro.pdf>>. Acesso: 03/06/17.

CORTIZO, Maria Del Carmo, GOYENECHÉ, Priscila Larratea. *Judicialização do privado e violência contra a mulher*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 102-109 jan./jun. 2010.

Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/12>>. Acesso:23/05/2017.

COSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; FONSECA, Adriana Dora da. *et all*.

Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema, 2015. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt_0104-0707-tce-24-01-00121.pdf>. Acesso:23/05/17.

FLOR, Nome fictício. *Depoimento em entrevista narrativa*. [jun. 2017]. Entrevistadora: SANTOS, Eliene Maria Sales, UNEB, 2017. Gravador do celular (20min). Entrevista concedida para produção de artigo do componente curricular Gênero, etnia e práticas escolares.

IPEA. *Violência contra a mulher: feminicídio no Brasil*, 2013. Disponível em <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso: 20/05/2017.

LIMA, Vera Lúcia de Azevedo. *Violência contra mulheres "PAROARAS": contribuições para a enfermagem* Tese (Doutorado em Enfermagem)– Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93278/273635.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03/06/17.

MEDRADO, Benedito, LYRA Jorge. Nos homens, a violência de gênero. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: *diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. BRASÍLIA, 2003. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro.pdf>>. Acesso: 03/06/17.

PENHA, Maria da. *A cultura machista e patriarcal cristalizou*. Entrevista 2013. Disponível em: <<http://www.panoramamercantil.com.br/a-cultura-machista-e-patriarcal-cristalizou-maria-da-penha-fundadora-do-instituto-maria-da-penha/>>. Acesso: 20/05/17.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo. Moderna, 1987.

SANTOS, Bárbara Ferreira. *Os números da violência contra mulheres no Brasil*. Revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>> Acesso em: 25/05/17.

SOUZA, Hugo Leonardo de, CASSAB, Latif Antonia. *Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro*, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf>>. Acesso: 26/05/17.

VILELA, Dora. *O desatar dos fios- A ruptura da condição de violência doméstica pela mulher*. X encontro Regional Sudeste de História oral. Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1367706466_ARQUIVO_Odesatardosfios_Completo.pdf>. Acesso: 21/05/17.